GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMETNO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUIDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Política de Assentamento – CPA, instituído para assessorar o Governo do Distrito Federal no planejamento, acompanhamento e monitoramento do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT.

Às nove horas do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e dezoito, no Centro de Capacitação e Comercialização – CCC, localizado no CEASA/DF, reuniu-se o Conselho de Política de Assentamento- CPA, instituído pela Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997, com a presença dos Conselheiros: ANTÔNIO ALEXANDRE ALBANO DA COSTA, suplente representante do Poder Executivo e Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI; MARCO AURÉLIO SOARES SALGADO, suplente do Poder Executivo da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP; JOSE DA SILVA MOURA FILHO, titular do Poder Executivo, representando a Subsecretaria de Relações Institucionais do Distrito Federal, SARIS-DF; CARLIENE DOS SANTOS OLIVIERA representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do DF e FETADFE; JOSE MARIO DA SILVA DE SOUZA conselheiro suplente e representante do MLT no Fórum de Entidades Agrárias. Como convidados registrou-se a presença de: SAMUEL GONTIJO, Diretor de Assentamentos Rurais da SEAGRI-DF e GLEIDE CÉLIA VIRGOLINO DA SILVA, que secretariou a presente reunião. A reunião foi aberta pelo Subsecretário de Agricultura que presidiu toda a reunião. O conselheiro deu iniciou a reunião realizando a verificação do quórum. Dentre os ritos iniciais, apresentou os novos membros que irão compor o Conselho, a saber: Marco Aurélio Soares Salgado, como suplente do Poder Executivo da TERRACAP; Josenilton Rodrigues da Silva, por parte dos movimentos sociais, sendo este titular representante do Movimento dos Sem Terra - MST e Monica Barbosa da Silva como membro suplente, também por parte do MST. Após a anuência de todos os membros presentes, os novos conselheiros indicados tomaram posse como membros no conselho com poder de voto. Dando continuidade à reunião, foi posta em votação a aprovação da Ata da 23ª Reunião do CPA a qual foi aprovada por unanimidade. Passando para o terceiro ponto da pauta, o conselho Antonio Alexandre Albano sugeriu tratar do Plano Distrital de Reforma Agrária em uma reunião extraordinária, ou que o assunta seja discutido como ultimo ponto da pauta. Sem contestação pelos membros presentes, ficou decidido agendar o mais breve possível uma reunião exclusiva para elaboração do referido Plano. Dando prosseguimento à pauta, Samuel Gontijo apresentou áreas que estão sob análise, a

saber: Núcleo Rural Ponte Alta – Santa Maria/Gama, área em estudo desde 2015 com tamanho estimado em 300 ha. Foi informado que no Núcleo Rural Alagados alguns dos processos existentes na área de estudo foram indeferidos e que a SEAGRI continua na avaliação da área, no sentido de saber se existe a possibilidade de destinação ao PRAT. O conselheiro José Mário pede a palavra e informa que a área foi solicitada pelo Movimento de Luta pela Terra- MLT. Em contribuição, Carliene dos Santos fala que não concorda com a forma da destinação das áreas para o público geral, informa que precisa ser mudado novamente, e que as áreas devem ser destinadas separadamente por movimento, de maneira que nenhum movimento participe de áreas solicitadas por outros movimentos. Nesse sentido, foi relembrado que na 23ª reunião o CPA decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho – GT para discutir as questões do Plano Distrital de Reforma Agrária. Em contribuição Carliene fala que ficou decidido que a criação do GT será formado pelos membros do CPA, um representante da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, um representante do INCRA, um representante do IBRAM e um representante da CODHAB. Em contribuição à explanação de Samuel, Marco Aurélio informa que existe uma área dentro da poligonal em análise que pertence parte ao patrimônio da Terracap e outra parte é particular, e sugere ainda verificar qual o limite das referidas interferências, de maneira à facilitar a continuidade do estudo de viabilidade da área. Ademais, Alexandre Albano informa que os processos de solicitação e indeferimento serão resgatados para que seja possível dar prosseguimento aos estudos. Em seguida, Alexandre Albano ratifica os esforços da Secretaria na continuidade do processo, e que cada vez mais o Plano Distrital de Reforma Agrária seja posto em funcionalmente, e que se torne um verdadeiro manual, a fim de termos, de fato, uma referência no processo de reforma agrária. Seguindo os próximos pontos da pauta, o conselheiro Alexandre Albano explica o andamento dos processos de seleção e editais já lançados, a saber: Edital 001/2017 – PRAT, referente à 7 parcelas do Assentamento Santarém, que em virtude de ocupações irregulares na área, não foi possível, até o momento, concluir a entrega dos Contratos de Concessão de Uso Probatório, de maneira que as famílias contempladas sejam de fato assentadas e deem início a destinação da terra, que é produzir. O conselheiro corrobora também que a Secretaria de Agricultura está buscando todos os esforços no intuito de sanar as inconsistências identificadas no processo. Quanto ao Edital 002/2017 – PRAT, referente ao Assentamento Patrícia e Aparecida, que visou assentar 24 famílias, foi informado que o processo finalizou em 22/11/2017. Na data de 11/12/2017 a SEAGRI entregou aos contemplados do processo de seleção o Certificado de homologação. No final de junho do presente ano o Plano de Uso Familiar – PUF foi finalizado e está sendo apresentado ao CPA para aprovação pelos conselheiros, de maneira que a próxima fase seja a entrega dos Contratos de Concessão de Uso; sem nenhuma contestação o processo de seleção do Assentamento Patrícia e Aparecida foi posto em votação e aprovado por unanimidade e seguirá para a fase de instalação e desenvolvimento. Em relação ao Edital 003/2017 – PRAT, Processo de Seleção do Assentamento 10 de Junho, o processo teve que ser temporariamente parado para validação do edital, pois conforme orientação jurídica da SEAGRI o Edital deve ser aprovado pelos conselheiros do CPA. Nesse sentido, o conselheiro Alexandre Albano coloca em votação a aprovação do Edital, bem como as fases do processo até a presente data,

atentando ao fato de que desde a 22ª Reunião Ordinária do CPA em 06/06/2017, foram realizadas informações no CPA sobre a publicação dos Editais de Seleção de família – que teriam a minuta elaborada conforme aprovação da Procuradora Geral do Distrito Federal. Dando continuidade à pauta e apresentado os informes gerais, Samuel fala sobre o Projeto de Assentamento Pinheiral, que se encontra em análise no IBRAM para emissão de Licença Ambiental. Samuel ressaltou que a Diretoria de Assentamentos Rurais da SEAGRI já realizou todas as adequações solicitadas pelo setor responsável pelo licenciamento. Em relação ao Projeto de Assentamento Roseli Nunes, Alexandre Albano explica que a Secretaria está aguardando o parecer do IBRAM sobre a anuência do ICMBio – que segundo informações consta favorável à implantação do projeto. No que se refere à área do Polo de Cinema – área que tem inserida em sua poligonal o projeto que visa à criação do Assentamento José Wilker, o conselheiro informa que foi definida uma legislação sobre a criação do Polo Audiovisual e que tal documento já foi encaminhado para Assessoria Jurídico-Legislativa da Casa Civil – para posteriormente ser enviada à Câmara Legislativa. Por fim, o conselheiro Alexandre Albano fala sobre o Projeto de Assentamento Fascinação, que atualmente se encontra em análise no IBRAM para licenciamento, e a SEAGRI já respondeu algumas as pendências. Ademais, o conselheiro que presidiu a reunião sugeriu agendar a próxima reunião do CPA para no máximo trinta dias com intuito de tratar das seguintes pautas: área denominada Dandara, CAUB, Fazenda Santa Helena, Cava de Cima localizada em São Sebastião, discussão sobre o Decreto que regulamenta o PRAT. A sugestão foi acatada por todos os membros. Concluídos todos os pontos da pauta e nada mais para ser discutido, os conselheiros deram por encerrada a reunião. Ata, que segue assinada conforme previsão legal.

ANTÔNIO ALEXANDRE ALBANO DA COSTA
Conselheiro Suplente do Poder Executivo e
Subsecretário da SEAGRI-DF

CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA
Conselheiro Titular e Representante do
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do DF –
STTR – e FETADFE

JOSÉ DA SILVA MOURA
Conselheiro Titular do Poder Executivo e
Subsecretário de Estado da SARIS-DF

JOSÉ MARIO DA SILVA DE SOUZA
Conselheiro Suplente e Representante do
Movimento de Luta pela Terra - MLT

MARCO AURÉLIO SOARES SALGADO
Representante do Poder Executivo da
Agência de Desenvolvimento do Distrito
Federal – TERRACAP

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL – CPA

Lista de Presença dos Conselheiros

25ª Reunião Extraordinária

25 de julho de 2018, às 9h00 horas – Auditório SEAGRI

NOME	VAGA	ASSINATURA
01. JOSÉ DA SILVA MOURA FILHO	Titular Poder Público – SARIS	
REJANE PIRES DE SOUSA	Suplente Poder Público – SARIS	
02. ARGILEU MARTINS DA SILVA	Titular Poder Público – SEAGRI/DF	
ANTONIO ALEXANDRE A. DA COSTA	Suplente Poder Público – SEAGRI/DF	
03. GUSTAVO DIAS HENRIQUE	Titular Poder Público - TERRACAP	
MARCO AURÉLIO SOARES SALGADO	Suplente Poder Publico - TERRACAP	
04. ÍTALO MACIEL MAGALHÃES	Titular da OAB	
DANIEL MUNIZ DA SILVA	Suplente da OAB	
05.		
06. JOSENILTON RODRIGUES DA SILVA	Titular Fórum de Entidades Agrárias - MST	
MÔNICA BARBOSA DA SILVA	Suplente Fórum de Entidades Agrárias - MST	
07. CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA	Titular Fórum de Entidades Agrárias – FETADFE	
LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS	Suplente Fórum de Entidades Agrárias - MTD	
08. FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA	Titular Fórum de Entidades Agrárias - FETRAF	
JOSÉ MARIO DA SILVA DE SOUZA	Suplente Fórum de Entidades Agrárias - MLT	

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL – CPA

Lista de Presença dos Convidados

25ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2018, às 9h00 horas – Auditório SEAGRI-DF

NOME	ÓRGÃO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
1. Esteliza Fernandes	STTR/DF	99655-1072	[illegible]
2. Alinne Marques	MLT/MTD	992267400	[illegible]
3. Tatiano Ramos Tavares	MLT	99611 3076	[illegible] Tavares
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			

MARQUESALINNE@YAHOO.COM.BR
ALINNESMARQUES@GMAIL.COM.